

POSICIONAMENTO DO  
CONSELHO PLENO DO CRESS/SP,  
FRENTE À ATUAL CONJUNTURA.

Trilhando a luta,  
com Consciência de Classe

**Cress-sp**

GESTÃO AMPLIAÇÕES  
2017-2020

# TRILHAR A LUTA E RESISTIR NO COMBATE!

“TERNURA E LOUCURA!

“Nossa Escolha é a Resistência” foi o tema aprovado no 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS de 2017 e amplamente difundido em vários espaços em comemoração ao Dia do/a Assistente Social em maio de 2018. Esse tema evidenciou a opção de colocar a reflexão crítica e o posicionamento político como centro das comemorações do dia do/a assistente social e demonstrou a direção social vinculada a uma perspectiva classista que recusa a neutralidade e que expressa o compromisso com os interesses das/os trabalhadoras/es, classe da qual somos parte!

QUE LOUCURA  
ESSES MOMENTOS DE TENSÃO!  
QUE TORTURA  
ESSAS LOUCURAS VIVIDAS NA ILUSÃO!  
QUEM SUTURA  
ESSAS TORTURAS VISTAS NA TELEVISÃO?  
QUEM ATURA  
SEM SUTURA  
UMA VIDA SEM TENSÃO?  
SÓ A LOUCURA...  
A LOUCURA  
A TERNURA  
E UMA CONJUNTURA DE REVOLUÇÃO!”

(MATSUEL MARTINS DA SILVA -  
CONSELHEIRO ESTADUAL DO CRESS/SP, 2018)

O contexto de crise estrutural do capitalismo, em âmbito mundial, assola os direitos sociais das classes trabalhadoras em nome da reprodução do capital, de seus lucros e mercadorias, a qualquer preço. Podemos exemplificar isso quando identificamos ações que atualizam a manutenção de sua lógica no comando da geopolítica do petróleo, da água e dos minérios, com submissão bélica e imperialista das autonomias políticas nos países produtores (como vemos nas situações da Síria e da Líbia). Outro exemplo é a mundialização do capital financeiro consolidando o comando do capital nas mãos de alguns homens (Bill Gates [dono na Microsoft] e Mark Zuckerberg [dono do Facebook], para citar os mais conhecidos) e o declínio da hegemonia industrial estadunidense, capitalizado principalmente pela China (nas áreas da siderurgia, energia e baixo custo de produção).

Além desses aspectos, consideramos outros elementos que recebem centralidade na atual crise estrutural do capitalismo e que se relacionam às disputas geopolíticas, ou seja, diante da iminente escassez de recursos naturais para além do petróleo, as questões relativas à água, aos minérios, bem como mercado de consumo potencial colocam o Brasil e América Latina, em atenção especial por parte do grande capital, uma vez que nosso continente possui as maiores reservas de recursos naturais que, pelo menos em tese, poderiam garantir uma sobrevida de pelo menos 50 anos ao modo de produção vigente.

Seja do ponto de vista local, ou do ponto de vista mundial, podemos cogitar que nosso momento histórico também é caracterizado por disputas geopolíticas e econômicas, bem como disputas Interburguesas no controle e administração do capital.

Neste sentido, precisamos lançar um olhar atento à localização da América Latina e, conseqüentemente do Brasil no contexto global, uma vez que, ao que tudo indica, estamos no epicentro das disputas internacionais do grande capital pelo potencial de recursos naturais que temos, bem como pelo mercado de consumo em potencial de que somos dotados.

Desde o período do pós II guerra mundial, os EUA ocuparam centralidade na condução do processo econômico e de mercado global. Acontece que desde o ano de 2007 os EUA diminuíram economicamente seu tamanho, assim como a participação no PIB Global.

É por estes elementos, dentre outros, que o Brasil e a América Latina ocupam centralidade no contexto geopolítico e econômico global, sendo objeto de disputas do grande capital.

Não se pode deixar de considerar que, por mais que se tenham disputas interburguesas, existem consensos do grande capital em esfera global, ou seja, o ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as, sendo as lutas verificadas mundo afora no último primeiro de maio, estavam relacionadas à reforma da previdência, bem como reformas trabalhistas, inclusive em algumas regiões do planeta com a reivindicação da redução da jornada de trabalho, conforme noticiado por alguns veículos da mídia, indicando que o Brasil não é uma ilha em suas contingências, sendo impossível olhar para a conjuntura brasileira e achar que ela se explica por si só em face do cenário eleitoral que nos rodeia e que tem sido destaque em vários espaços da mídia, de conversas, de debates e discussões. Esta conjuntura tem ampla conexão com as estratégias mundiais de reprodução do capital em vários níveis, cujo mote

da exploração nunca saiu da pauta. Por isso, não pretendemos uma análise que vise à unanimidade e nem que se coloque como verdade absoluta; pelo contrário, pretendemos uma análise que amplie o debate de ideias, o respeito às diferenças, que seja coerente com a construção autônoma, independente e que vá além do contexto eleitoral.

Se tomarmos como exemplo o campo das políticas sociais, observaremos que não data de hoje os ataques à classe trabalhadora. Na particularidade brasileira, sobretudo na década de 1990, evidencia-se uma ênfase no avanço da política econômica neoliberal de “Estado Mínimo para os Pobres” em detrimento de investimentos públicos para fazer a “Constituição Cidadã de 1988 sair do papel”, além de aspectos relacionados às privatizações das estatais, aumento da dívida externa, submissão ao Fundo Monetário Internacional – FMI, a apropriação privada do fundo público, dentre outros.

Os ditames do capital não apresentaram decadência de propósitos em nenhum momento que sucedeu a década de 1990. De 2002 a 2015, por exemplo, sob forma de concessão do grande capital, constatamos os limitados alívios que a política de conciliação de classes exerceu frente às expressões da “questão social”. No entanto, não podemos considerar que elas se configuraram como transformação social e, tampouco, em distribuição da riqueza socialmente produzida pois não se viu evidências de alteração no desenho da política econômica que pudesse dar sustentação aos ditos avanços das políticas sociais. O que observamos é uma reatualização do modelo neoliberal no desenho das políticas sociais com o agravante de abertura ainda maior do país para investimentos de capital estrangeiro, como é caso dos grandes monopólios das empresas educacionais que assola, de maneira avassaladora, o cenário da educação superior, por exemplo

Na atualidade, de uma forma mais exponencial, com a falência da política de conciliação de classes (falência essa decretada pelo próprio capital, com uma burguesia reagindo ferozmente a qualquer sombra de possibilidade de atenção aos direitos da classe trabalhadora), o que vemos é um retrocesso de direitos historicamente conquistados, como é o caso da contrarreforma trabalhista, contrarreforma da previdência, a Emenda Constitucional nº 95 que impôs 20 anos de congelamento dos investimentos públicos nas políticas sociais, colocando em sério risco a oferta em termos de políticas públicas sociais, a necessária ampliação de concursos públicos, dentre outros aspectos.

Num cenário brasileiro recente, vivemos a experiência da paralisação dos/as caminhoneiros/as – um movimento amplo de contradições mas que fortaleceu a ideia de que a greve é o mais importante instrumento de luta da classe trabalhadora. A resposta perversa e irresponsável do governo oportunista de Michel Temer foi de desonerar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidem sobre o valor do óleo diesel e da gasolina, isso significa dizer que, para além do congelamento dos gastos por 20 anos, a Seguridade Social deixa-

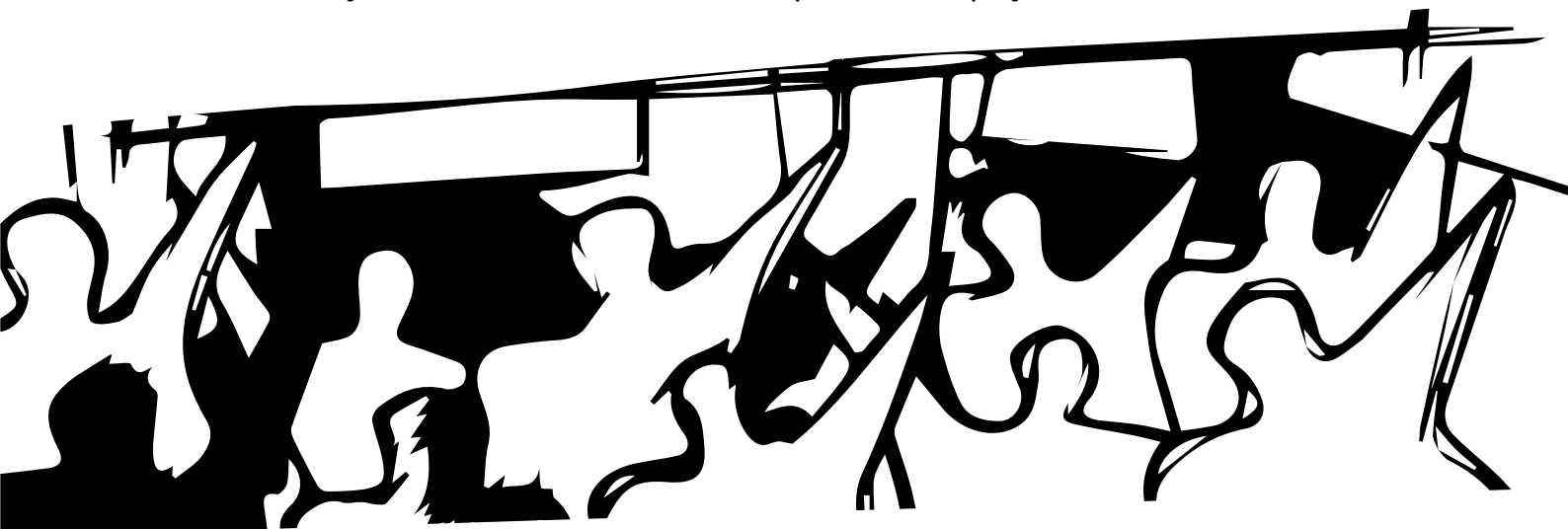


rá de receber os parques financiamentos a ela destinados. O governo, portanto, reage sem alterar a política econômica do país, mantendo os lucros das concessionárias de rodovias e das grandes empresas, onerando mais uma vez as políticas sociais, materializando a opção política de que a classe trabalhadora pague a conta em favor dos privilégios burgueses, esses, intocáveis.

Na verdade, há uma agudização da questão social: a classe trabalhadora explorada continua pagando a conta e enriquecendo ainda mais os/as poucos/as beneficiados/as acionistas da dívida pública em detrimento de milhões de brasileiros/as que se encontram sem trabalho, sem emprego ou até sem renda alguma, com condições precárias de acesso a serviços, com contratos de trabalho precarizados, nas ruas dos grandes e pequenos centros urbanos; a juventude pobre e negra continua sendo assassinada nas periferias das cidades – lembrando o Movimento Mães de Maio; mulheres continuam sendo vítimas fatais do machismo; a LGBTfobia tem sido cada vez mais explicitada nos assassinatos – como se deu em mais um caso não explicado do assassinato de Matheusa no Rio de Janeiro; crianças e adolescentes continuam sendo alvo de acolhimento institucional em razão de pobreza de suas famílias; famílias continuam criminalizadas por sua condição de não acesso à moradia; militantes, no campo e na cidade, continuam sendo mortos por expressarem suas ideias e lutas, tendo seu ápice recente no assassinato da vereadora carioca, Marielle.

Na atualidade, mesmo os poucos avanços em políticas sociais dos últimos anos estão sendo literalmente destruídos pelas radicais investidas do capital, via governo oportunista e serviçal de Michel Temer. A perspectiva que reivindicamos de seguridade social pública, laica e de qualidade como patrimônio das lutas da classe trabalhadora define sob vários aspectos:

- A regulamentação e normatização para um SUAS estatal, reconhecido como política pública de direito e com garantia de amplo financiamento está sendo rapidamente desmantelada para a retomada preponderante de ações pautadas no assistencialismo e no trabalho voluntário sob as premissas dos Fundos Sociais de Solidariedade e do primeiro-damismo – essas ações se exemplificam no programa higienista e controlador chamado Criança Feliz/Primeira Infância, nos desmandos contra as deliberações das Conferências e desrespeito aos espaços de controle social, à ideia



moralizadora dos programas de Educação Financeira nos CRAS - “Cofrinho da Família”, etc.

- O SUS estatal, público, laico, gratuito e com universalidade de acesso nos marcos das reformas sanitária e psiquiátrica está sendo conduzido a passos largos para a privatização e terceirização, com amplas vantagens às empresas de planos de saúde e às comunidades terapêuticas (essas fortemente ancoradas por interesses religiosos, moralistas e neoliberais);
- A nossa previdência social pública, antagônica às iniciativas de retirada dos direitos e comprometida com a proteção social e segurança dos/as trabalhadores/as sofre concreta implosão administrativa e tem os dias contados (não sem resistência) para ser jogada, definitivamente, nas mãos do capital financeiro, bastando encerrar o impedimento de alteração constitucional por conta da nefasta intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro;
- A perspectiva de uma Política Habitacional, comprometida com os postulados das lutas pelas Reformas Agrária e Urbana, parece ter ruído juntamente com o Edifício Wilton Paes de Almeida que abrigava ocupação de famílias no Largo Paçandu, região central da capital de São Paulo;
- O recente e fatal ataque à laicidade de estado, no STF, emparedou ferozmente a educação pública e laica restringindo ainda mais as possibilidades dessa política propiciar o desenvolvimento do ser social e oferecer ampla garantia de acesso e permanência para a classe trabalhadora;
- Os interesses da classe burguesa dificultam cada vez mais a defesa de um Sistema de Justiça comprometido com a garantia dos direitos elementares da classe trabalhadora, e reiteram-se as ações de criminalização e judicialização da questão social.

*Diante do que foi dito acima, é importante que um questionamento seja feito no sentido de elucidar nossa atuação profissional, qual seja: Os/As assistentes sociais têm sido firmes nessas leituras que afetam, sobretudo, as políticas sociais e a materialização (ou não) dos direitos sociais?*

Há outro elemento relevante na atual situação brasileira, ou seja, a grande mídia aos poucos perde sua capacidade de estabelecer consensos ideológicos e de narrativas socialmente aceitas sem questionamentos ou posturas que colidem com o propagado.

Neste sentido, tomam-se como exemplos as iniciativas fracassadas da grande mídia em estabelecer o consenso ideológico criminalizado em torno da greve dos caminhoneiros, sobre a queda do edifício no centro de São Paulo no último 1º de Maio, no qual se buscou associar as ocupações por parte da população sem teto ao crime organizado. A mídia perdeu a narrativa em torno de um judiciário isento e autônomo e seu discurso em torno da defesa da privatização da Petrobras não encontra eco na opinião pública.

Entretanto, há que se ressaltar que esse cenário político, nos ditames do capital, sustenta também a abertura para expressões do conservadorismo de maneira mais escancarada. Não se trata aqui de afirmar um “avanço do fascismo”, uma “onda conservadora” ou o ressurgimento do conservadorismo (até porque, esse nunca deixou de existir) mas considerar que este debate está colocado e não se vislumbra consensos em torno dele, porém cumpre ressaltar que, em contexto de maior agudização da questão social, deve-se apontar a ofensiva burguesa que dá sustentação a discursos e ações que materializam diversas facetas do conservadorismo presentes como matriz ontológica desde a formação sócio histórica do Brasil

A criminalização dos movimentos sociais, os Projetos de Lei do Estatuto da Família e do Estatuto do Nascituro, a retomada da PEC 171/1993, que dispõe sobre a redução da maioridade penal, o projeto que dificulta o acesso ao aborto seguro para mulheres vítimas de violência sexual – PEC 181/2015, o pouco avanço em termos de ações efetivas acerca do combate à LGBTfobia são apenas alguns exemplos de como dessa lógica que nunca saiu da agenda e se materializa no Estado brasileiro criando condições, juntamente com as ações da burocracia estatal, para que a classe trabalhadora no processo de exploração/opressão “pague a conta” da crise econômica e moral do modo de produção capitalista.

**POR TUDO O QUE FOI DITO ATÉ AQUI,  
FORÇOSO É O QUESTIONAMENTO, OU SEJA:  
O QUE TEMOS A VER COM TUDO ISSO?**

Dizer “Nossa Escolha é a Resistência” sem estar conectado com a ordem do dia no combate à exploração e dominação da classe trabalhadora não significa absolutamente nada, a não ser uma reprodução meramente burocrática daquilo que exige radicalidade (no termo marxiano da palavra).

Se, por um lado, a conjuntura tem expressado verdadeiro cenário de derrota às lutas da classe trabalhadora, ela também, de forma contraditória, traz à cena mais possibilidades de luta, como foi o exemplo da greve de servidores/as públicos/as municipais de São Paulo que ao menos suspendeu o avanço da contrarreforma da previdência municipal, do então prefeito João Dória.

Para apreender todo o significado da palavra de ordem “**Nossa escolha é a Resistência**” precisamos olhar para a realidade que nos cerca e desvelar, **sem romantismos**, o movimento da história. *Resistência é lutar contra quem? Quem são os/as aliados/as? Coesão, consenso ou denúncia, coragem e rebeldia?*

Nossa escolha não é neutra, tanto do ponto de vista do projeto de formação quanto do trabalho profissional, quanto da leitura crítica da realidade, é aspecto fundamental para subsídio das ações dos/as assistentes sociais, isso porque se tratam de profissionais que vivem do trabalho, que estão expostos/as a todos esses ataques aqui mencionados. Agora, não podemos romantizar nem a classe trabalhadora, nem a profissão, pois se entendemos que a exploração do modo de produção capitalista gera desigualdades e gera, também,

um modo capitalista de pensar, cabe levarmos em consideração os aspectos alienados e alienantes do cotidiano da vida social e a reprodução da lógica de dominação que passa pelos mais simples meandros da vida, seja não se reconhecendo enquanto classe, seja reproduzindo interesses burgueses, seja experimentando o individualismo, seja não problematizando as explorações diárias, seja criminalizando a pobreza ou controlando comportamentos no nosso “fazer profissional”.

A escolha pela resistência é uma etapa de um caminho de luta, e não um ato que se encerra em si mesmo ou, ainda, que se encerra na profissão de Serviço Social. Há muito desvelamento da realidade a ser feito, inclusive colocando em *xequê*, cortando *nossa própria carne*, num processo permanente de autocrítica.

Resistir significa insistir na tarefa política de fomentar o debate e a reflexão que relacione o projeto profissional à construção de outro projeto societário, evidenciando que não cabe ao Serviço Social a organização da classe trabalhadora nem, tampouco, o desencadeamento de uma revolução, mas, cabe ao Serviço Social somar-se às lutas da classe trabalhadora, da qual é parte e tem responsabilidade política e coletiva em avançar nas pautas. É preciso sempre lembrar as características de messianismo e fatalismo e rompê-las. Lembrar que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica (sexual e racial) do trabalho e que possui determinada “função” atribuída pela ordem burguesa e que só tendo essa nitidez é que poderemos tensionar o debate para a insurgência de práticas que denunciem a exploração, as opressões, as violações de direitos humanos para, *quicá*, construindo outro projeto societário, possamos aprofundar permanentemente as rupturas necessárias com o pensamento e o agir conservadores.

Não há mais tempo somente para discursar sobre o combate ao abuso de poder de chefia, à mediação de conflitos, às práticas terapêuticas, ao Serviço Social clínico, à criminalização das drogas e do aborto, ao depoimento especial (e congêneres), à depreciação da laicidade profissional, às funções de disciplina e segurança, ao exame criminológico e a todas as formas de violação da profissão e dos Direitos Humanos. É preciso somar-se às ofensivas de nossa classe, tomar as ruas e fortalecer a construção de uma contundente Greve Geral para sobrepor o domínio burguês sob a força da classe trabalhadora para além das ilusões democráticas burguesas!

Nesse ano de 2018 comemoramos, também, 25 anos do Código de Ética do/a Assistente Social. Reafirmar e defendê-lo é tarefa necessária que deve ser feita de maneira contínua, insistente, persistente e resistente.

O Código de Ética das/os Assistentes Sociais há 25 anos apresenta à sociedade uma defesa sólida e ousada em que a liberdade é apreendida como valor ético central, assume posicionamento contrário a toda e qualquer forma de discriminação, requisita das/os assistentes sociais a defesa intransigente dos direitos sociais e humanos, e alcança seu ápice quando, no oitavo princípio, faz “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

A partir desses e outros elementos e sob a premissa da autonomia e independência

política que o Conjunto CFESS/CRESS precisa sustentar, é que a Direção Estadual do CRESS 9ª Região/SP tem afirmado e ressaltado em suas defesas e ações político-administrativas os princípios desse importante instrumento das/os assistentes sociais, quando se posiciona, por exemplo, contrário às ações higienistas e violentas do governo do município de São Paulo contra a população da região da Luz (“Cracolândia”), e contra o “Depoimento Especial” (Depoimento Sem Dano), que ao contrário do que propaga, viola direitos humanos das crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de abuso sexual. Os princípios ético-políticos também estão na base de sustentação do apoio à greve dos/as servidores/as municipais contra os desmandos e arbitrariedades da administração pública de São Paulo. São os princípios do Código de Ética do/ Assistente Social que sustentam um posicionamento anticapitalista, aliado às lutas mais gerais da sociedade optando com primor pela independência e autonomia das entidades da categoria profissional.

Algumas possibilidades de defesa dos princípios ético-políticos se expressam em:

- Participar das discussões das entidades da categoria profissional e, em especial, do conjunto CFESS/CRESS compreendendo que esses espaços não se tratam de tutela ou paternalismo das dificuldades profissionais e, principalmente, não reproduzir discursos imediatistas que em nada revelam a profundidade da luta política e histórica que optamos por fazer;
- Conhecer e divulgar as resoluções do Conjunto CFESS/CRESS e compreender suas motivações. Criticá-las nos espaços democráticos para isso;
- Preocupar-se com o aprimoramento intelectual de forma permanente – compreendendo que um trabalho profissional vinculado com o Projeto Ético-Político não se limita às normas e manuais das políticas sociais, mas que está vinculado sobretudo com uma dimensão da totalidade da realidade social e que isso pode tensionar as dimensões do exercício profissional;
- Compreender as matrizes teóricas que orientam a prática;
- Negar a apropriação formal do Projeto Ético-Político profissional;
- Recusar toda e qualquer atrocidade, violência, violação de direitos humanos – Princípio não se negocia, conivência não se justifica – é negar o relativismo e compreender os limites e possibilidades da autonomia relativa nos espaços sócio-ocupacionais.
- Negar o possibilismo e o voluntarismo, colocando o trabalho profissional no patamar de trabalho assalariado sem negligenciar as dimensões militantes e pedagógicas do exercício profissional mas, também, sem supervalorizá-las;
- Problematizar, mas sem deixar de respeitar, a organização política segmentada – como é o caso dos sindicatos de assistentes sociais – colocando a luta coletiva sempre como estratégia sindical por ramo de atividade. Mantemos o entendimento da Direção Estadual anterior (Gestão 2014-2017) de que a fragmentação sindical é



nociva para qualquer iniciativa de organização da classe trabalhadora. Defender a sindicalização por ramo, mas não se filiar ao sindicato do ramo em que atua é também uma falácia. Para além de defender a sindicalização por ramo é preciso nos sindicalizarmos e nos inserirmos na luta sindical em conjunto com nossos pares.

Defender o código de ética é também resistir. Nossa Escolha é a Resistência! Não a uma resistência romântica e idealista, mas responsável e histórica, que exige uma postura corajosa, coerente, autônoma e independente, que exige unidade com sujeitos políticos que defendem os mesmos princípios que os nossos!

Resistiremos a todo ataque à classe trabalhadora!

Resistiremos à reforma da previdência, seja em São Paulo (na luta vitoriosa dos servidores/as) seja no Brasil!

Resistiremos à precarização do ensino e ao Ensino à Distância!

Resistiremos por todas as famílias desabrigadas no prédio do Paiçandu e em todo o Brasil!

Resistiremos às mortes no campo, na luta pela terra!

Resistiremos a toda criminalização dos movimentos sociais e das lutas da classe trabalhadora!

Resistiremos contra o racismo, contra o sexismo, contra o machismo, contra a LGBTfobia!

Resistiremos por todas as mortes das nossas periferias. Marielle, presente – hoje e sempre!

*“A crítica colheu nas algemas as flores imaginárias, não para que o homem suporte as amarras sem cuidado ou conforto, mas para que lance fora as algemas e colha a flor viva.” (KARL MARX, “Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, 1843)*

**CONSELHO PLENO DO CRESS 9ª Região/SP**

Gestão Ampliações: Trilhando a Luta, com Consciência de Classe (2017-2020)